

Vol. 1, No. 3 (junho 2026)

**REVISTA
ATHENA LATINHO-AMERICANA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE:
Os Desafios Da Segurança Pública no Estado do Amazonas
Diante da Expansão do Crime Organizado**

**PUBLIC POLICIES AND CRIME IN THE NORTHERN REGION:
The Challenges of Public Security in the State of Amazonas in
the Face of the Expansion of Organized Crime**

Audran Magno Oliveira Ferreira Pinto¹

Revista Athena Latino-Americana
DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000004
ISSN: [3086-5182](https://doi.org/10.69720/3086-5182)

¹Bacharel em Direito; Bacharel em Segurança Pública; Bacharel em Ciências Militares e Segurança Pública; Pós-Graduação: Gestão Pública Aplicada a Segurança; MBA: em Segurança Pública; Segurança Pública e Atividade de Investigação e Inteligência; Gestão Educacional; Direção e Coordenação e Supervisão; Direito Penal com habilitação em Docência do Ensino Superior; Mestrado em Segurança Pública

Lattes: 3183660529513912

E-mail: audranfpinto@hotmail.com



Vol. 1, No. 3 (JUNHO 2026)

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRIMINALIDADE NA REGIÃO NORTE: Os Desafios Da Segurança Pública no Estado do Amazonas Diante da Expansão do Crime Organizado

Audran Magno Oliveira Ferreira Pinto



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O artigo analisa os desafios da segurança pública no Estado do Amazonas diante da expansão do crime organizado na Região Norte do Brasil. A pesquisa discute como fatores geográficos, sociais e institucionais favorecem a atuação de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas, armas e crimes transnacionais. O estudo destaca que a extensa área territorial amazônica, associada às dificuldades de fiscalização das fronteiras e rios, contribui para o fortalecimento da criminalidade organizada. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise de dados estatísticos, legislações e estudos acadêmicos sobre violência e políticas públicas de segurança. Os resultados apontam que a insuficiência de investimentos, a fragilidade das instituições e a desigualdade social dificultam a efetividade das ações governamentais. Conclui-se que o enfrentamento da criminalidade no Amazonas exige políticas públicas integradas, ações preventivas e cooperação entre os órgãos de segurança e a sociedade.

Palavras-chave: Segurança pública; Crime organizado; Políticas públicas; Violência; Amazonas.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of public security in the State of Amazonas in the face of the expansion of organized crime in Northern Brazil. The research discusses how geographic, social, and institutional factors favor the actions of criminal organizations involved in drug trafficking, arms trafficking, and transnational crimes. The study highlights that the vast Amazon territory, combined with difficulties in monitoring borders and rivers, contributes to the strengthening of organized crime. The methodology is based on bibliographic and documentary research through the analysis of statistical data, legislation, and academic studies on violence and public security policies. The results indicate that insufficient investments, institutional fragility, and social inequality limit the effectiveness of government actions. It is concluded that combating crime in Amazonas requires integrated public policies, preventive actions, and cooperation between security agencies and society.

Keywords: Public security; Organized crime; Public policies; Violence; Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um dos principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea, especialmente na Região Norte, onde fatores geográficos, sociais e econômicos contribuem para o avanço da criminalidade organizada. No Estado do Amazonas, a complexidade territorial, marcada por extensas áreas de floresta, fronteiras internacionais e grande circulação fluvial, favorece a atuação de grupos criminosos envolvidos em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, armas e outros crimes transnacionais. Essa realidade tem provocado impactos significativos na vida da população, intensificando os índices de violência e ampliando a sensação de insegurança social. Diante desse cenário, as políticas públicas de segurança tornam-se fundamentais para o enfrentamento da criminalidade e para a promoção da ordem social. Entretanto, muitos desafios ainda limitam a efetividade das ações governamentais, entre eles a insuficiência de investimentos, a precariedade estrutural dos órgãos de segurança, a dificuldade de fiscalização em áreas remotas e a necessidade de integração entre as diferentes esferas do poder público. Além disso, questões

relacionadas à desigualdade social, ao desemprego e à exclusão social também contribuem para o fortalecimento das organizações criminosas na região amazônica. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da segurança pública no Estado do Amazonas diante da expansão do crime organizado, destacando a importância das políticas públicas no combate à violência e na construção de estratégias preventivas e repressivas mais eficazes. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, buscando compreender os fatores que influenciam o crescimento da criminalidade e os impactos sociais decorrentes desse fenômeno. Assim, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e social acerca da segurança pública na Amazônia, enfatizando a necessidade de ações integradas e políticas mais efetivas para a garantia da segurança e da cidadania da população amazonense.

2. MARCO TEÓRICO: A expansão do crime organizado na Região ‘ Norte e seus impactos no Estado do Amazonas

A expansão do crime organizado na

Região Norte do Brasil tem se tornado um dos principais desafios para a segurança pública contemporânea, especialmente no Estado do Amazonas, cuja posição geográfica estratégica favorece a atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, armas e crimes transnacionais. A extensa fronteira amazônica, associada à grande malha fluvial e à dificuldade de fiscalização em áreas remotas, contribui para a circulação de atividades ilícitas e para o fortalecimento das facções criminosas na região. Estudos recentes apontam que o Amazonas passou a ocupar posição estratégica nas rotas internacionais do narcotráfico, principalmente devido à proximidade com países produtores de cocaína, como Colômbia e Peru.

Nesse contexto, o crescimento das organizações criminosas tem provocado impactos significativos na dinâmica social e econômica do estado. A disputa entre facções pelo controle territorial intensifica os índices de violência urbana, sobretudo na capital Manaus e em municípios do interior. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas demonstram que grande parte dos homicídios registrados possui relação direta com o tráfico de drogas e conflitos entre grupos criminosos. Além disso, o fortalecimento dessas organizações influencia outras práticas ilegais, como garimpo clandestino, exploração ilegal de madeira e contrabando, ampliando os problemas ambientais e sociais na Amazônia.

Outro fator relevante refere-se às dificuldades enfrentadas pelo poder público no combate ao crime organizado. A insuficiência de recursos tecnológicos, a limitação do efetivo policial e a complexidade territorial amazônica dificultam ações permanentes de fiscalização e monitoramento. Em resposta a esse cenário, o governo estadual e federal, têm intensificado operações integradas e fortalecido bases fluviais de segurança, visando reduzir o tráfico de drogas e ampliar a presença do Estado nas áreas de fronteira. Contudo, especialistas destacam que ações exclusivamente repressivas não são suficientes para enfrentar a criminalidade organizada, sendo necessárias políticas públicas voltadas à inclusão social, geração de emprego, educação e fortalecimento institucional.

Dessa forma, observa-se que a expansão do crime organizado no Amazonas representa não apenas uma ameaça à segurança pública, mas também ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da região. O enfrentamento desse problema exige ações integradas entre os diferentes níveis governamentais, cooperação internacional e

investimentos contínuos em inteligência, infraestrutura e políticas sociais capazes de reduzir a vulnerabilidade das populações locais diante da influência das organizações criminosas.

2.1 Políticas Públicas de Segurança Pública no Amazonas: Avanços, Limitações e Desafios

As políticas públicas de segurança pública no Estado do Amazonas têm assumido papel estratégico diante do crescimento da criminalidade organizada e da intensificação dos crimes transnacionais na Região Norte do Brasil. A complexidade territorial amazônica, marcada por extensas fronteiras fluviais e áreas de difícil acesso, exige do poder público ações integradas capazes de fortalecer a presença estatal e combater práticas ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas, armas e crimes ambientais. Nesse contexto, o governo estadual, em parceria com órgãos federais, tem desenvolvido estratégias voltadas ao fortalecimento do policiamento, ao uso de tecnologias de monitoramento e à ampliação das operações integradas de segurança (Bandeira, Paiva & Gama, 2025). Entre os avanços observados nas políticas de segurança pública do Amazonas, destaca-se a implantação das Bases Fluviais Integradas, como a Base Arpão, consideradas importantes instrumentos no combate ao narcotráfico e ao crime organizado nos rios amazônicos. Estudos recentes apontam que essas bases contribuíram significativamente para apreensões de drogas, armas e produtos ilegais, além de ampliar a presença do Estado em regiões vulneráveis da Amazônia (Monteiro & Gama, 2025). Além disso, a adoção de tecnologias como drones, totens de vigilância eletrônica e sistemas de inteligência tem fortalecido as ações de monitoramento e repressão qualificada no estado, proporcionando maior eficiência operacional às forças de segurança (Cardoso, Polari & Teixeira Neto, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à ampliação de políticas voltadas ao policiamento comunitário e à aproximação entre instituições de segurança e sociedade civil. Esse modelo busca fortalecer relações de confiança entre população e agentes públicos, especialmente em áreas urbanas periféricas e comunidades ribeirinhas. Pesquisas recentes demonstram que o policiamento comunitário pode contribuir para a prevenção da violência e para a construção de estratégias mais participativas de segurança pública (Souza et al., 2026).

Apesar dos avanços, persistem diversas limitações que dificultam a efetividade das políticas públicas de segurança no Amazonas. A insuficiência de efetivo policial, a precariedade estrutural de muitas unidades de segurança e as dificuldades logísticas impostas pela dimensão territorial amazônica comprometem a capacidade operacional do Estado. Além disso, fatores como desigualdade social, desemprego e ausência de políticas públicas integradas favorecem o recrutamento de jovens por organizações criminosas, ampliando os índices de violência na região (Silva Neto et al., 2026).

Outro desafio importante consiste na necessidade de fortalecimento da gestão orientada para resultados dentro dos órgãos de segurança pública. A implementação de indicadores de desempenho, monitoramento estratégico e integração de dados entre instituições ainda representa uma demanda relevante para melhorar a eficiência das ações governamentais no estado (Pereira et al., 2025). Dessa forma, especialistas defendem que o enfrentamento da criminalidade no Amazonas deve ir além de ações repressivas, envolvendo investimentos em educação, inclusão social, geração de emprego e fortalecimento institucional (Tanaka et al., 2025).

Portanto, observa-se que as políticas públicas de segurança no Amazonas apresentam avanços importantes no combate ao crime organizado, especialmente por meio da integração operacional e do uso de tecnologias. Contudo, os desafios estruturais, sociais e territoriais ainda limitam a efetividade dessas ações, tornando necessária a construção de políticas públicas mais amplas, preventivas e integradas para garantir segurança, cidadania e desenvolvimento social à população amazonense.

2.2 Fronteiras, Rios e Vulnerabilidade Territorial: Fatores que Favorecem a Criminalidade no Amazonas

O Estado do Amazonas apresenta uma das maiores complexidades territoriais do Brasil, marcada por extensas áreas de floresta, grande malha hidrográfica e longas fronteiras internacionais com países como Colômbia, Peru e Venezuela. Essa configuração geográfica torna a região vulnerável à atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, armas, contrabando e crimes ambientais. Segundo Gama, Barboza e Jesus (2024), a fragilidade da fiscalização nas áreas fronteiriças favorece a circulação de atividades ilícitas e fortalece

grupos criminosos que utilizam os rios amazônicos como rotas estratégicas para o narcotráfico e outras práticas ilegais.

A vasta rede fluvial amazônica representa um dos principais desafios para a segurança pública regional. Os rios funcionam como importantes vias de transporte e integração social, mas também são utilizados por organizações criminosas para o deslocamento de drogas, armas e mercadorias ilegais. De acordo com Monteiro e Gama (2025), a dificuldade de monitoramento permanente das vias fluviais contribui para o fortalecimento das facções criminosas, especialmente em áreas afastadas dos centros urbanos e com baixa presença estatal. Além disso, a limitada infraestrutura de segurança e logística dificulta ações rápidas e eficazes das forças policiais no combate às atividades ilícitas.

Outro fator relevante refere-se à vulnerabilidade territorial decorrente da ausência histórica do Estado em diversas localidades da Amazônia. Em muitas comunidades ribeirinhas e municípios do interior amazonense, a precariedade dos serviços públicos, a pobreza e a falta de oportunidades socioeconômicas ampliam a vulnerabilidade social da população. Nesse cenário, organizações criminosas passam a exercer influência econômica e territorial sobre determinadas áreas, impondo regras próprias e recrutando jovens em situação de vulnerabilidade social (Corrêa Júnior et al., 2026).

Além do narcotráfico, a criminalidade no Amazonas também está relacionada à exploração ilegal de recursos naturais, como garimpo clandestino, pesca predatória, extração ilegal de madeira e ocupação irregular de terras públicas. Estudos recentes demonstram que a sobreposição entre crimes ambientais e organizações criminosas intensifica os conflitos territoriais e amplia os índices de violência na região amazônica (El País, 2025). A expansão dessas práticas ilegais evidencia a necessidade de maior integração entre políticas ambientais e estratégias de segurança pública.

Diante desse contexto, o fortalecimento das ações de monitoramento e fiscalização nas fronteiras tornou-se prioridade para os órgãos de segurança pública. A implementação de Bases Fluviais Integradas, o uso de drones, sistemas de inteligência e tecnologias de vigilância têm contribuído para ampliar a capacidade operacional do Estado no enfrentamento ao crime organizado (Silva, Polari & Aguiar, 2025). Entretanto, especialistas ressaltam que

medidas repressivas isoladas não são suficientes para resolver o problema, sendo necessário investir em políticas públicas voltadas à inclusão social, desenvolvimento regional e fortalecimento institucional.

Portanto, observa-se que as fronteiras, os rios e a vulnerabilidade territorial constituem fatores centrais para a expansão da criminalidade no Amazonas. A dimensão territorial amazônica, associada às fragilidades estruturais e sociais da região, favorece a atuação das organizações criminosas e desafia continuamente as políticas de segurança pública. Dessa forma, o enfrentamento da criminalidade exige estratégias integradas entre segurança, desenvolvimento social, fiscalização ambiental e cooperação internacional para garantir maior proteção às populações amazônicas e fortalecer a presença do Estado na região.

2.3 Desigualdade Social e Violência Urbana: Relações Entre Exclusão Social e Criminalidade Organizada

A desigualdade social constitui um dos principais fatores associados ao crescimento da violência urbana e da criminalidade organizada no Brasil, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidades socioeconômicas e ausência de políticas públicas efetivas. No Estado do Amazonas, o avanço da criminalidade está diretamente relacionado às desigualdades estruturais presentes nas periferias urbanas e em comunidades socialmente marginalizadas. Segundo Bandeira, Paiva e Gama (2025), a expansão das facções criminosas na Amazônia ocorre em um contexto de fragilidade institucional, pobreza e baixa presença do Estado, fatores que favorecem o fortalecimento do narcotráfico e da violência urbana.

Na cidade de Manaus, os índices de violência concentram-se principalmente em bairros periféricos que apresentam carências históricas de infraestrutura, educação, saneamento básico, saúde e oportunidades de emprego. Estudos recentes demonstram que áreas marcadas pela exclusão social tendem a registrar maiores índices de homicídios, roubos e conflitos ligados ao tráfico de drogas. Batista, Paiva e Gama (2025) afirmam que a violência urbana na Zona Leste de Manaus está associada à vulnerabilidade territorial e à ausência de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades sociais presentes na região.

Outro aspecto relevante refere-se ao recrutamento de jovens por organizações criminosas. A falta de oportunidades

educacionais e profissionais, aliada à precarização das condições de vida, contribui para que muitos adolescentes e jovens sejam atraídos por facções criminosas, que passam a exercer influência econômica e social em determinadas comunidades. Conforme Alecrim e Silva (2025), os maiores índices de homicídios em Manaus concentram-se em áreas periféricas habitadas predominantemente por populações socialmente vulneráveis, evidenciando a relação entre exclusão social e violência letal.

Além disso, a criminalidade organizada no Amazonas não se limita ao tráfico de drogas, envolvendo também crimes ambientais, grilagem de terras, exploração ilegal de madeira e mineração clandestina. Essas atividades ilegais intensificam conflitos sociais e ampliam os índices de violência em áreas urbanas e rurais da Amazônia. Relatórios recentes indicam que o crescimento das facções criminosas está diretamente relacionado ao controle territorial e à exploração ilegal de recursos naturais, ampliando os impactos sociais e ambientais da criminalidade organizada na região amazônica.

A ausência histórica do poder público em determinadas localidades também contribui para o fortalecimento da violência urbana. Em muitos bairros periféricos de Manaus e municípios do interior amazonense, a deficiência dos serviços públicos e a limitação das políticas sociais criam ambientes favoráveis à atuação das organizações criminosas. Nesse contexto, a criminalidade passa a ocupar espaços deixados pelo Estado, oferecendo proteção, assistência financeira e mecanismos paralelos de controle social em comunidades vulneráveis (Nogueira, Rodrigues & Souza, 2025).

Diante desse cenário, especialistas defendem que o enfrentamento da violência urbana no Amazonas exige políticas públicas integradas que articulem segurança, educação, inclusão social, geração de emprego e desenvolvimento urbano. Medidas exclusivamente repressivas demonstram resultados limitados quando não acompanhadas de ações voltadas à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento das oportunidades para populações vulneráveis. Assim, o combate à criminalidade organizada deve ser compreendido não apenas como questão policial, mas também como desafio social, econômico e institucional que exige atuação conjunta do Estado e da sociedade.

2.4 A Atuação das Forças de Segurança no Combate ao Tráfico de

Drogas e Crimes Transnacionais

A atuação das forças de segurança pública no combate ao tráfico de drogas e aos crimes transnacionais tornou-se um dos maiores desafios do Estado do Amazonas, especialmente em razão de sua localização estratégica na Região Norte do Brasil. O estado faz fronteira com países como Colômbia, Peru e Venezuela, importantes rotas internacionais do narcotráfico sul-americano. Essa condição geográfica favorece a circulação de drogas, armas e outras atividades ilícitas, exigindo das instituições de segurança ações integradas e permanentes de fiscalização e monitoramento (Gama, Barboza & Jesus, 2024).

Nesse contexto, as forças de segurança estaduais e federais têm intensificado operações voltadas ao combate às organizações criminosas que atuam nos rios e nas fronteiras amazônicas. A Polícia Federal, a Polícia Militar do Amazonas, a Polícia Civil e as Forças Armadas desenvolvem ações conjuntas com o objetivo de enfraquecer o tráfico de drogas e reduzir a atuação de facções criminosas na região. Segundo Monteiro e Gama (2025), o policiamento fluvial integrado passou a desempenhar papel fundamental no enfrentamento do narcotráfico, principalmente por meio das Bases Fluviais Integradas instaladas em áreas estratégicas da Amazônia.

A implementação da Base Fluvial Arpão representa um dos principais avanços no fortalecimento das políticas de segurança pública no Amazonas. Essa estrutura operacional possibilitou maior presença estatal em regiões vulneráveis e ampliou significativamente as apreensões de drogas, armas e embarcações utilizadas em atividades criminosas. De acordo com Silva Neto et al. (2026), a atuação integrada das forças de segurança nas bases fluviais contribuiu para reduzir a circulação de substâncias ilícitas nos rios amazônicos e fortalecer o controle territorial em áreas antes dominadas por organizações criminosas. Outro aspecto importante refere-se ao uso de tecnologias no combate aos crimes transnacionais. O investimento em drones, sistemas de monitoramento eletrônico, inteligência policial e vigilância por satélite tem fortalecido as ações de fiscalização nas fronteiras e ampliado a capacidade operacional das forças de segurança. Cardoso, Polari e Teixeira Neto (2025) afirmam que a modernização tecnológica representa um elemento essencial para enfrentar as dificuldades logísticas impostas pela dimensão territorial amazônica e pelas limitações de

acesso a determinadas localidades.

Apesar dos avanços operacionais, persistem desafios significativos para a efetividade das ações de segurança pública no Amazonas. A extensão territorial, a baixa densidade populacional em áreas fronteiriças e a insuficiência de efetivo policial dificultam o monitoramento contínuo das fronteiras e vias fluviais. Além disso, organizações criminosas têm ampliado suas estratégias de atuação, utilizando tecnologias de comunicação e rotas clandestinas para escapar da fiscalização estatal (Bandeira, Paiva & Gama, 2025).

Outro problema relevante está relacionado à cooperação internacional no combate aos crimes transnacionais. Considerando que o tráfico de drogas envolve redes criminosas que ultrapassam fronteiras nacionais, torna-se necessária a integração entre países sul-americanos para fortalecer ações de inteligência, compartilhamento de informações e operações conjuntas de repressão ao crime organizado. Estudos recentes apontam que a ausência de mecanismos permanentes de cooperação regional limita a efetividade das políticas de segurança nas fronteiras amazônicas (Souza & Lima, 2025).

Dessa forma, observa-se que a atuação das forças de segurança no Amazonas tem apresentado avanços importantes no enfrentamento ao tráfico de drogas e aos crimes transnacionais, especialmente por meio da integração operacional e do fortalecimento do policiamento fluvial. Contudo, os desafios territoriais, estruturais e tecnológicos ainda exigem investimentos contínuos em inteligência, infraestrutura e cooperação internacional. Além disso, especialistas defendem que o combate à criminalidade organizada deve estar associado a políticas sociais e estratégias preventivas capazes de reduzir as vulnerabilidades sociais que favorecem o fortalecimento das facções criminosas na Amazônia.

2.5 Estratégias Preventivas e Cooperação Institucional no Fortalecimento da Segurança Pública Amazonense

O fortalecimento da segurança pública no Estado do Amazonas exige a adoção de estratégias preventivas e ações integradas entre diferentes instituições governamentais e sociais. Diante do crescimento da criminalidade organizada e da intensificação dos crimes transnacionais na Região Norte, especialistas defendem que medidas exclusivamente

repressivas não são suficientes para reduzir os índices de violência e garantir maior proteção à população. Nesse contexto, políticas preventivas voltadas à inclusão social, educação, geração de emprego e fortalecimento das comunidades tornam-se fundamentais para enfrentar as causas estruturais da criminalidade (Tanaka et al., 2025).

No Amazonas, a cooperação institucional entre órgãos estaduais, federais e municipais tem desempenhado papel importante no combate ao crime organizado e na ampliação das ações de segurança pública. A integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Forças Armadas e órgãos de inteligência possibilita maior compartilhamento de informações e fortalecimento das operações estratégicas de fiscalização nas fronteiras e rios amazônicos. Segundo Monteiro e Gama (2025), o policiamento fluvial integrado representa um avanço significativo na segurança pública amazonense, principalmente por ampliar a presença do Estado em áreas vulneráveis e dificultar a atuação das organizações criminosas. Além das operações repressivas, programas de policiamento comunitário têm sido apontados como importantes mecanismos de prevenção da violência urbana. Esse modelo busca aproximar os agentes de segurança da população, fortalecendo relações de confiança e promovendo maior participação social nas políticas públicas de segurança. De acordo com Souza et al. (2026), a atuação comunitária contribui para reduzir conflitos locais, melhorar a comunicação entre sociedade e instituições policiais e ampliar a sensação de segurança em comunidades periféricas e ribeirinhas do Amazonas.

Outro aspecto relevante refere-se ao investimento em tecnologias de monitoramento e inteligência policial. A utilização de drones, câmeras de vigilância, sistemas de reconhecimento e plataformas digitais de monitoramento tem fortalecido as estratégias de prevenção e repressão qualificada no estado. Cardoso, Polari e Teixeira Neto (2025) destacam que a modernização tecnológica contribui para superar parte das dificuldades logísticas impostas pela dimensão territorial amazônica, permitindo maior eficiência operacional no combate às atividades ilícitas.

Entretanto, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à cooperação institucional e à efetividade das políticas preventivas. A insuficiência de recursos financeiros, a limitação do efetivo policial e as

dificuldades estruturais de muitas localidades do interior comprometem a continuidade das ações de segurança pública. Além disso, a ausência histórica do Estado em determinadas regiões favorece a vulnerabilidade social e amplia a influência das organizações criminosas sobre comunidades marginalizadas (Bandeira, Paiva & Gama, 2025).

A cooperação entre instituições públicas e sociedade civil também se apresenta como elemento essencial para o fortalecimento das políticas de segurança no Amazonas. Projetos sociais voltados à juventude, iniciativas educacionais e programas de inclusão produtiva podem contribuir significativamente para reduzir os fatores sociais que favorecem o ingresso de jovens na criminalidade. Conforme Nogueira, Rodrigues e Souza (2025), políticas públicas integradas possuem maior potencial de enfrentamento da violência quando articulam segurança pública, assistência social, educação e desenvolvimento urbano.

Dessa forma, observa-se que o fortalecimento da segurança pública amazonense depende da combinação entre estratégias preventivas, modernização tecnológica e cooperação institucional. O enfrentamento da criminalidade organizada exige ações articuladas entre diferentes órgãos governamentais e investimentos contínuos em políticas sociais capazes de reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania. Assim, a construção de uma segurança pública mais eficiente no Amazonas passa necessariamente pela integração entre repressão qualificada, prevenção social e fortalecimento das instituições públicas.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, documental, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos relacionados à segurança pública, à criminalidade organizada e às políticas públicas no Estado do Amazonas a partir de interpretações sociais, institucionais e territoriais.

Segundo Creswell e Poth (2018), a pesquisa qualitativa permite analisar significados, percepções e contextos sociais complexos, possibilitando maior aprofundamento na compreensão dos fenômenos investigados. Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo, pois busca

apresentar e discutir os principais desafios da segurança pública amazonense diante da expansão do crime organizado, bem como analisar as estratégias institucionais desenvolvidas para o enfrentamento da violência e dos crimes transnacionais. Para Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como finalidade observar, registrar e interpretar fatos sociais sem interferir diretamente na realidade estudada.

Os procedimentos metodológicos fundamentaram-se em levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e publicações acadêmicas relacionadas à segurança pública, violência urbana, políticas públicas e criminalidade organizada na Amazônia.

Conforme Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador estabelecer contato direto com produções já elaboradas sobre o tema, favorecendo a construção do referencial teórico e analítico da investigação. A pesquisa utilizou dados e informações provenientes de relatórios oficiais, legislações, documentos institucionais e estatísticas disponibilizadas por órgãos públicos, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. Esse procedimento possibilitou a análise de indicadores relacionados à violência, tráfico de drogas, homicídios e atuação das forças de segurança na região amazônica. A análise dos dados foi desenvolvida por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2016), que permite interpretar informações de forma sistemática e organizada, identificando categorias temáticas relacionadas aos desafios da segurança pública no Amazonas. A partir desse método, buscou-se compreender as relações entre desigualdade social, vulnerabilidade territorial, criminalidade organizada e políticas públicas de segurança. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou uma análise ampla e reflexiva sobre os fatores que influenciam o crescimento da violência e da criminalidade no Amazonas, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados pelas instituições de segurança pública e pela sociedade amazonense.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam que a expansão do crime organizado no Estado do Amazonas está diretamente relacionada às

vulnerabilidades territoriais, sociais e institucionais presentes na região amazônica. A análise bibliográfica e documental demonstrou que a localização geográfica estratégica do estado, associada às extensas fronteiras internacionais e à ampla malha fluvial, favorece a atuação de organizações criminosas envolvidas principalmente com o tráfico de drogas, armas e crimes transnacionais. Segundo Gama, Barboza e Jesus (2024), a fragilidade da fiscalização em áreas fronteiriças e a dificuldade de monitoramento contínuo dos rios amazônicos contribuem significativamente para o fortalecimento das facções criminosas na Região Norte.

Os dados analisados também indicam que a violência urbana no Amazonas possui forte relação com desigualdades sociais e ausência histórica de políticas públicas efetivas em comunidades periféricas e municípios do interior. Em Manaus, observou-se que os maiores índices de homicídios e conflitos relacionados ao tráfico de drogas concentram-se em áreas socialmente vulneráveis, marcadas pela precariedade dos serviços públicos e pela exclusão social. Conforme Batista, Paiva e Gama (2025), a vulnerabilidade territorial e a baixa presença do Estado ampliam o domínio das organizações criminosas sobre determinadas localidades, favorecendo a expansão da violência urbana.

Outro resultado importante refere-se à atuação das forças de segurança no enfrentamento da criminalidade organizada. A pesquisa identificou avanços significativos na implementação de estratégias integradas de combate ao tráfico de drogas, especialmente por meio do fortalecimento do policiamento fluvial e da criação das Bases Fluviais Integradas, como a Base Arpão. De acordo com Monteiro e Gama (2025), essas ações contribuíram para ampliar a presença estatal nas áreas de fronteira e aumentar as apreensões de drogas, armas e embarcações utilizadas em atividades ilícitas.

Além disso, observou-se que o investimento em tecnologias de monitoramento, inteligência policial e vigilância eletrônica tem fortalecido as operações de segurança pública no Amazonas. Cardoso, Polari e Teixeira Neto (2025) destacam que o uso de drones, câmeras de vigilância e sistemas integrados de informação contribui para maior eficiência operacional das forças policiais, especialmente diante das dificuldades logísticas impostas pela dimensão territorial amazônica.

Entretanto, os resultados também demonstram que persistem limitações

estruturais que dificultam a efetividade das políticas públicas de segurança. A insuficiência de efetivo policial, a precariedade de infraestrutura em áreas remotas e a limitação de recursos financeiros comprometem a continuidade das ações de combate à criminalidade. Além disso, verificou-se que medidas exclusivamente repressivas apresentam resultados limitados quando não acompanhadas de políticas preventivas voltadas à inclusão social, educação e geração de oportunidades para populações vulneráveis.

Nesse sentido, as discussões apontam que a segurança pública no Amazonas deve ser compreendida de forma ampla e integrada, envolvendo não apenas ações policiais, mas também políticas sociais e estratégias de desenvolvimento regional. Estudos analisados indicam que a cooperação institucional entre órgãos de segurança, governos e sociedade civil representa elemento essencial para fortalecer o enfrentamento da criminalidade organizada e reduzir os índices de violência no estado (Souza et al., 2026).

Dessa forma, conclui-se que os desafios da segurança pública amazonense estão associados tanto às particularidades territoriais da Amazônia quanto às desigualdades sociais e fragilidades institucionais presentes na região. O fortalecimento das políticas públicas exige investimentos contínuos em inteligência, tecnologia, infraestrutura e programas sociais capazes de promover inclusão, cidadania e redução das vulnerabilidades que favorecem o crescimento das organizações criminosas.

5. CONCLUSÃO

A segurança pública no Estado do Amazonas representa um dos maiores desafios contemporâneos da Região Norte do Brasil, especialmente diante da expansão do crime organizado e da intensificação dos crimes transnacionais. Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender que fatores territoriais, sociais e institucionais contribuem diretamente para o fortalecimento da criminalidade na região amazônica.

A extensa área de fronteira, a complexidade da malha fluvial e as dificuldades de fiscalização favorecem a atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, armas e outros delitos ilícitos. Além dos desafios geográficos, observou-se que a desigualdade social, a exclusão econômica e a ausência histórica do Estado em determinadas localidades ampliam as vulnerabilidades sociais e favorecem o recrutamento de jovens por

facções criminosas. A precariedade dos serviços públicos, associada à falta de oportunidades educacionais e profissionais, contribui para o crescimento da violência urbana e para a expansão das organizações criminosas em áreas periféricas e comunidades ribeirinhas. A pesquisa também demonstrou que as forças de segurança têm desenvolvido estratégias importantes para o enfrentamento da criminalidade, especialmente por meio do policiamento integrado, das operações fluviais e da utilização de tecnologias de monitoramento e inteligência.

Contudo, verificou-se que ações exclusivamente repressivas não são suficientes para reduzir de forma efetiva os índices de violência no Amazonas. O combate à criminalidade exige políticas públicas mais amplas, articuladas e permanentes, capazes de integrar segurança, educação, inclusão social, desenvolvimento regional e fortalecimento institucional. Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da segurança pública amazonense depende da cooperação entre instituições governamentais, sociedade civil e organismos de fiscalização, bem como de investimentos contínuos em infraestrutura, inteligência e políticas sociais preventivas.

A construção de uma sociedade mais segura no Amazonas passa não apenas pelo combate ao crime organizado, mas também pela redução das desigualdades sociais e pela ampliação das oportunidades para a população. Assim, torna-se fundamental a implementação de estratégias integradas que promovam cidadania, desenvolvimento social e maior presença do Estado nas regiões mais vulneráveis da Amazônia.

6. REFERÊNCIAS

- ALECRIM, K. W. L., & SILVA, E. de M. e. (2025). *Homicides in the city of Manaus: An analysis of lethal violence in the largest capital of the Brazilian Legal Amazon*. Research, Society and Development, 14(2).
- AGÊNCIA AMAZONAS. (2025). *Amazonas apresentou redução de 16,35% no número de homicídios dolosos em 2024, mostra Mapa da Segurança do MJSP*. Agência Amazonas.
- BANDEIRA, H. R. C., PAIVA, A. B. de, & GAMA, A. C. (2025). *Segurança pública e narcotráfico: Evidências da*

- territorialização do crime e das ações estatais no Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, 11(2), 8967–8990.
- BARDIN, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- BATISTA, J., PAIVA, A. B. de, & GAMA, A. C. (2025). Violência e território: Governança criminal na área da 30ª CICOM, Manaus-AM. *Interference: A Journal of Audio Culture*, 11(2), 9318–9342.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2024). *Mapa da Segurança Pública 2024*. MJSP.
- CARDOSO, M. F. N., POLARI, L., & TEIXEIRA NETO, E. D. (2025). Totens de vigilância eletrônica no Amazonas: Inovação tecnológica e desafios na segurança pública no Amazonas. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 14(1).
- CORRÊA JÚNIOR, J. F. B., et al. (2026). O crime organizado como vetor de vulnerabilidade: Análise da dinâmica criminoso no Amazonas. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, 5(1), 112–124.
- CRESWELL, J. W., & POTTH, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). SAGE Publications.
- EL PAÍS. (2025). *La expansión del crimen organizado y los conflictos por la tierra nutren la violencia armada en la Amazonía brasileña*. El País.
- GAMA, A. C., BARBOZA, M. E. P., & JESUS, C. R. de. (2024). Desafios e perspectivas da segurança pública na fronteira norte brasileira. *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, 8(4), 1–15.
- GIL, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- MARCONI, M. de A., & LAKATOS, E. M. (2021). *Fundamentos de metodologia científica* (9ª ed.). Atlas.
- MEMÓRIA, G. M., et al. (2026). Homicides in the Novo Aleixo Neighborhood in Manaus (2023–2025): An approach based on crime ecology theory. *Revista Inclusiones*.
- MONTEIRO, T. D. de A., & GAMA, A. C. (2025). Policiamento fluvial integrado e cooperação em segurança pública na Amazônia: O combate ao crime organizado no Estado do Amazonas. *Interference: A Journal of Audio Culture*, 11(2), 8796–8810.
- NOGUEIRA, L. C. B., RODRIGUES, F. L., & SOUZA, W. P. S. de F. (2025). Um retrato da violência e criminalidade na Amazônia Legal. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 19(2).
- PEREIRA, V. M., et al. (2025). A segurança pública do Estado do Amazonas e a gestão orientada para resultados. *Revista DCS*, 22(81).
- SILVA NETO, N. S. da, et al. (2026). Presença estatal e dinâmicas de segurança: Uma análise do fortalecimento do policiamento fluvial no Estado do Amazonas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 12(3).
- SOUZA, R. A. de, & LIMA, F. H. (2025). Cooperação internacional e segurança de fronteiras na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 12(1), 88–104.
- SOUZA, T. R. T. R. de, et al. (2026). Policiamento comunitário e confiança na Amazônia: Desafios e potencialidade para a segurança pública do cidadão. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 12(5).
- TANAKA, E. F., et al. (2025). Impacto das políticas públicas de segurança nos índices de criminalidade em Manaus (2020–2024). *Revista Geopolítica Transfronteiriça*, 8(4).